 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 003. A luta pelo espaço nos centros urbanos contemporâneos

Urpi Montoya Uriarte (Universidade Federal da Bahia) - Coordenador/a, Cornelia Eckert (UFRGS) - (Coordenador/a), Cristina Patriota de Moura (Universiade de Brasília) - Debatedor/a, Luísa Maria Silva Dantas (PPGAS/UFRGS) - Debatedor/a, Ana Luiza Carvalho da Rocha (Universidade Feevale/RS) - Debatedor/a Nos centros urbanos convivem uma grande quantidade de espa?os vazios desocupados e pessoas morando nas ruas, pr?dios abandonados e corti?os superlotados, edif?cios restaurados e ru?nas urbanas, im?veis ocupados por refugiados de todos os tipos, territ?rios de legalidades e ilegalidades. Neste espa?o de m?ltiplas contradi?es e conflitos se livram, na atualidade, de forma aberta ou difusa, uma luta violenta e desigual pelo espa?o, protagonizada por racionalidades opostas e l?gicas complexas, formas distintas de entender a ordem, de habitar e de circular, de rememorar, de usar ou contra-usar. Projetos de reabilita??o, revitaliza??o, gentrifica??o, empreendedorismo e ordenamento urbano interv?m no espa?o p?blico usado por milhares de pessoas para sobreviver e nos pr?dios habitados por aqueles outros tantos que mal conseguem sobreviver. O capital destr?i, constr?i ou reconstr?i ali onde lhe ? conveniente enquanto os habitantes e usu?rios do centro se refugiam em espa?os opacos, nas dobras dos espa?os abstratos, construindo e reconstruindo suas formas de habitar os lugares centrais. O objetivo deste grupo de trabalho ? congregar os diversos tipos de abordagens etnogr?ficas que revelem e discutam a complexidade e os antagonismos que se defrontam nos centros urbanos contempor?neos, a ?guerra de lugares? que se processa nele e as formas de entender o que ? o centro e como habit?-lo.

As ocupações urbanas de Belo Horizonte em suas práticas do fazer-cidade pelas margens: ocupando territórios e (re)construindo dispositivos discursivos.

Autoria: Mayara Ferreira Mattos

Frente à incapacidade e ao desinteresse de determinados aparatos de estado em promover uma política urbana preocupada em garantir o direito à moradia para todos(as) que nas, e das, cidades vivem, as ocupações urbanas emergem no contexto urbano como lugares de tencionamento e possibilidades outras do fazer-cidade. Inscritas nos recantos da cidade formal, como reflexo da espoliação urbana e das formas de acumulação de riquezas na produção dos espaços, sua presença reivindica um espaço de sobrevivência que responde à burocracia e à ordem excludente estatal, e reclama por direitos. Como reflexão quanto à gestão diferencial dos ilegalismos, as ocupações urbanas emergem como movimento de luta que desloca a discussão da tautológica dicotomia operante entre o legal e o ilegal, formal e informal. O objetivo então, é colocar no centro do debate o modo como as leis operam, não para controlar ou suprimir os ilegalismos, mas para diferenciá-los internamente (TELLES, 2010). Para tal empreendimento, é importante a compreensão das relações operantes entre a política popular (atividade organizada por grupos subalternizados), e as funções e o exercício dos modernos/coloniais sistemas governamentais, os quais concentram suas práticas em esquemas classificatórios orientados pela noção de população, que conduz a administração de políticas desenvolvimentistas em prol da relação/confluência estado-capital (CHATTERJEE, 2008). Na medida em que transgridem a linha tênue entre a legalidade/ilegalidade, formalidade/informalidade, na luta por moradia e permanência, as ocupações incidem sob a ordem estatal ocupando propriedades inutilizadas, que muitas vezes pertencem ao interesse privado ou mesmo ao próprio estado. Desde o abastecimento de água e eletricidade até mesmo a organização política dentro desses locais, escapam ao controle tutelar e econômico do estado. Contudo, muito além de estarem descoladas das agências estatais e da própria cidade formal

 ISBN: 978-85-87942-61-6

> numa relação centro-periferia em que a periferia se encontra totalmente aquém e além desse centro, as ocupações atravessam as instâncias formais. Pensar as margens como agentes capazes de atravessar e também serem atravessadas pela trama das práticas estatais rompe com a visão ocidental colonizadora do estado como forma administrativa racional de organização (DAS & POOLE, 2008). Apesar do estado e das margens estarem em uma relação de poder muito desigual, é importante entender que ambos se formam através das experiências locais e não apenas na ação política organizada.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**